A compreensão desse quadro de questões é aprofundada no texto seguinte, de Maria Ciavatta, que faz uma densa análise da forma com que esse impasse marca o processo de elaboração e implementação de políticas e planos educacionais, reportando-se a períodos bem anteriores à transição política institucional dos anos de 1980, para destacar os movimentos principais que delinearam as diferentes orientações pelas quais tem passado a educação brasileira.

Os três textos seguintes debruçam-se sobre as políticas educacionais em implementação no país com base em ângulos bem distintos, conferindo uma grande riqueza no tratamento do tema. Carlos Rodrigues Brandão trata dos desafios da relação entre educação popular e o poder do Estado, pensando a educação popular como multiplicidade de experiências de diálogo e de confronto de idéias, "uma espécie de vontade de não esquecer" a importância da renovação dos desafios humanos. Discute, ainda, suas possibilidades de tensionamento da rotinização, do autoritarismo e da uniformidade que marcam os sistemas formais de educação escolar, mesmo nas administrações mobilizadas com o compromisso de democratização do poder. Carlos Roberto Jamil Cury analisa o caráter obrigatoriamente plural das políticas educacionais, considerando as diferentes orientações dos grupos sociais e políticos e dos níveis de governo nacional e subnacionais, bem como as formas particulares de delineamento da educação na nossa política social. Lúcia Maria Wanderley Neves, analisando o caráter antipopular da política educacional neoliberal e destacando suas características centrais, discute o deslocamento gradual da relação entre democracia e educação escolar, no Brasil, observando que, no século XXI, essa relação ultrapassa as questões de acesso e permanência, definindo-se principalmente no desafio de pensarmos as contribuições concretas da educação escolar para o processo de reconstrução da soberania nacional, que implica a socialização da riqueza, do poder e do saber.

O foco nos movimentos sociais e nas questões complexas que os envolvem na contemporaneidade é dado nos três textos finais do livro. Discutindo a "Práxis educativa dos movimentos sociais", Frei Betto analisa os problemas que atravessam e limitam a ação social, na atualidade, enfatizando as formas de exclusão e as imposições da cultura midiática, seus efeitos de despolitização e de produção de novas formas de colonização, mas também as possibilidades de constituição de novos modos de afirmação e ampliação do movimento popular, em que as lutas específicas e os objetivos concretos mais palpáveis produzam vínculos com a construção de uma sociedade alternativa. O texto de Roberto Leher aborda o processo de gestação das novas formas de dominação que propiciaram a afirmação do neoliberalismo, mostrando o quanto tal afirmação se beneficiou do esvaziamento da historicidade e da concreticidade da idéia de democracia. Discute, a partir daí, as tensões que marcam a reflexão sobre a necessidade de recriação das formas de ação dos movimentos sociais, particularmente no movimento sindical, apontando a busca de um novo internacionalismo e a articulação local de diferentes formas de luta como fios fundamentais da retomada da capacidade de iniciativa dos movimentos, até mesmo no tratamento da escola pública como construção das lutas sociais. O texto de Giovanni Semeraro fecha o livro com uma bela reflexão sobre as possibilidades de recriação do público através da democracia popular. Mostrando que a absolutização do indivíduo e de seus "valores" particulares permitem ao neoliberalismo melhor operar o esvaziamento dos conteúdos sociais e públicos da democracia, Semeraro aponta a disseminação das experiências enraizadas na democracia popular como um movimento fundamental para a oposição a esta "era do indivíduo" e para a recriação da democracia em novas bases.

Pelas importantes contribuições de cada texto, mas, principalmente, pela forma rica de envolvimento do tema que o conjunto dos textos propicia, esse livro se apresenta como leitura fundamental para todos os que trabalham e se importam com a educação pública do país e compreendem que seu caráter público, longe de ser dado por uma suposta "natureza", é inevitavelmente resultado da incessante construção democrática.

Eveline Bertino Algebaile
Professora da Faculdade de Formação de Professores da UERJ
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF

WOODS, Peter (1996). *Investigar a arte de ensinar.* Tradução de Maria Isabel Real Fernandes de Sá e Maria José Álvarez Martins. Porto: Porto Editora, 1999, 224p.

Peter Woods é professor na Escola de Educação da Universidade Aberta, na Inglaterra. O meu primeiro contato com esse autor foi com o estudo etnográfico de uma escola secundária – *The divided school* (1979) –, no qual apresentou uma análise de experiências e métodos de alunos e professores na adaptação à escola, oferecendo um relato detalhado e penetrante da vida escolar, do ponto de vista dos alunos, professores e pais. Dos trabalhos mais citados de Woods, destacam-se: *Sociology of the school*: an interactionist view point (1983); *Inside schools*: ethnography in educational

research (1986); *Teachers skills and strategies* (1990) e *Creative teachers in primary schools* (1995). O autor faz no livro *Investigar a arte de ensinar*, uma continuação de *Inside schools*, uma revisão do posicionamento da etnografia quanto à pesquisa em educação, de perspectivas atuais de investigação e de seus trabalhos nos últimos dez anos. Em minha opinião, esse livro apresenta contribuições significativas para enriquecer a bibliografia sobre enfoques e abordagens metodológicas da pesquisa em educação e de modo específico sobre as abordagens etnográficas interacionista e histórica pouco discutidas na bibliografia de pesquisa em educação disponível no país. Destacam-se ainda as contribuições do autor às discussões do trabalho colaborativo entre pesquisadores e professores e à utilização da pesquisa ao serviço do ensino.

Woods introduz o livro focalizando o pesquisador e a importância primordial das "realidades pessoais", tanto para a escolha e orientação da investigação como para o investigador. Sua história pessoal e carreira de pesquisador ilustram tais considerações. Situa a adoção que fez da etnografia na descoberta da sociologia interpretativa, fazendo sua defesa com base ontológica e epistemológica no interacionismo simbólico. O modo como as pessoas sentem e o modo como interpretam e constroem significados são partes integrantes desta abordagem que ofereceu ao autor os instrumentos intelectuais para explorar a interação social em contexto escolar e buscar compreender a "arte do ensino". Expõe, então, sua visão de realidade objetiva que só imperfeitamente pode ser alcançada.

No capítulo 1, Woods examina a questão do ensino como ciência e como arte e se detém na revisão de características de uma abordagem artística do ensino (p. 34-42), destacando, dentre outras, a emoção e a criatividade. Identifica o ensino como "uma atividade complexa que desafia qualquer tentativa monolítica de caracterização" (p. 42) e conclui que a divisão entre ciência e arte é de certa forma artificial. Tendo como referência a atividade do professor que pode, em um dia típico de trabalho, fornecer exemplos de ciência, arte, trabalho técnico, administrativo e outros, defende a existência de forte componente artística no ensino. Tal defesa parece sugerir que, na realidade, o autor estabelece as dimensões ciência e arte no trabalho do professor, negando, de certo modo, a artificialidade apontada anteriormente para tal divisão.

As premissa subjacentes ao interacionismo simbólico, que do ponto de vista do autor continua a proporcionar contribuições importantes para a compreensão do funcionamento da sociedade e da educação, são apresentadas no capítulo 2. Na perspectiva interacionista, os indivíduos interpretam os estímulos e essas interpretações, continuamente revisadas à medida que os eventos vão sucedendo, modelam suas ações. No centro do interacionismo, está a rejeição ao modelo de conduta de estímulo-resposta que se incorpora aos argumentos metodológicos do positivismo. O interacionaismo questionou a natureza do conhecimento e, concentrando-se nos processos, fez aumentar o interesse pelos estudos do cotidiano. Grande parte desse capítulo (p. 52-70) é dedicada ao exame das implicações metodológicas do interacionismo simbólico. Foram identificados dilemas da atuação do pesquisador envolvido na interação, na interpretação e na organização de significados. O autor focaliza pontos fortes do interacionismo, suas virtudes e por que a etnografia interacionista continua a ser relevante na pesquisa em educação, sem entretanto dar destaque às críticas já bastante conhecidas em relação a essa abordagem, como, por exemplo, a sua limitação a fenômenos de imediaticidade interpessoal e o fato de não considerar questões de poder e dominação. Ainda nessa parte, é abordada a questão da construção da teoria, apontando críticas feitas às pesquisas qualitativas por serem descritivas e se limitarem ao "como", em lugar de incluir questões relacionadas ao "porquê". Destaca a investigação guiada teoricamente desde o seu início; a descrição etnográfica baseada na teoria e a análise comparativa como meio de fazer avançar o desenvolvimento da teoria de forma rigorosa. A etnografia é vista como forma de investigação que conduz à reelaboração teórica que transforma as concepções sobre a realidade estudada.

Woods apresenta, no capítulo 3, alguns dos benefícios potenciais para a etnografia oriundos do interesse por uma abordagem pós-moderna que busca fundamentar-se em nova epistemologia, bem como rejeitar princípios racionalistas inerentes à investigação tradicional (a razão, a racionalidade intencional, a verdade última e o abandono do conceito tradicional de "validade", dentre outros). O autor revê abordagens alternativas e formatos de apresentação da investigação, considerando que enriquecem os métodos de investigação existentes, mas não os substituem. As novas formas de abordagem proporcionaram novas formas de apreender subjetividades de um ponto de vista estético e emocional para além de cognitivo; enfatizaram "a relação de proximidade entre os sujeitos e leitores com a investigação e o texto, respectivamente; foi ainda maior o tomar em consideração a subjetividade e o posicionamento do pesquisador como pesquisador (p. 18). O autor reconhece que as novas abordagens dão oportunidade de explorar algumas das áreas sociais que têm estado inacessíveis à investigação social.

O autor explora, nos capítulos 4 e 5, exemplos de aplicação de novas abordagens em investigações qualitativas por ele realizadas. Uma investiga-

ção, sobre os efeitos da inspeção escolar nos professores e no seu trabalho, foi levada a efeito em seis escolas primárias durante um período de três anos. O autor fez uso, dentre outras técnicas, de memorandos escritos livremente, buscando explorar os sentimentos do pesquisador relativamente ao que ia sendo descoberto, com o objetivo de "maximizar a compreensão dos pensamentos e dos sentimentos dos professores" (p. 116), bem como do pesquisador, e evidenciar enviezamentos que pudessem afetar a compreensão da situação. A metodologia utilizada na pesquisa que discute "acontecimentos críticos" em educação, ou seja, "formas excepcionais de atividades que ocorrem, de vez em quando, nas escolas e que produzem mudanças radicais nos alunos e, por vezes, nos professores" (p. 139), foi apresentada no capítulo 5. A inviabilidade do estudo de um acontecimento "crítico" enquanto ele ocorre, pois tal qualificativo só pode ser atribuído *a posteriori*, levou o autor a realizar uma etnografia histórica, recorrendo a um conjunto de técnicas qualitativas. "Trata-se da exploração de acontecimentos que ocorreram no passado, utilizando métodos qualitativos e naturalistas que têm por objetivo explorar significados e compreensões e recriar culturas e contextos na maneira evocativa típica da etnografia" (p. 141).

No capítulo 6, o autor faz considerações sobre os instrumentos utilizados na escrita (caneta e processador de texto) e a forma pela qual se relacionam ao pesquisador.

No capítulo final, sobre audiências e políticas de divulgação, apresenta exemplos de divulgação macro e micro. No primeiro revê posicionamentos de professores e estudiosos em relação à divulgação de documento do governo – "Organização curricular e práticas na sala de aula em escolas primárias: um documento de discussão" – que atraiu quer "oposições virulentas, quer apoios entusiásticos" entre os acadêmicos. Outro exemplo é o de um projeto de pesquisa que buscava desenvolver um trabalho de colaboração na escola e que teve início com observação participante em duas turmas e uma concentração posterior em uma delas. Na segunda fase da pesquisa, quando esta seria ampliada e transferida para o contexto da cena escolar onde o diretor detinha a autoridade, um movimento de resistência por parte dos professores impediu que o projeto tivesse continuidade. O autor relata a contextualização da investigação e como o diretor foi visto, pelos professores, sendo capaz de utilizar a investigação como um recurso na sua luta pelo poder. Nessas circunstâncias não foi fácil para o pesquisador abandonar o campo.

A discussão dos casos apresentados sugere a necessidade de que o pesquisador interessado no impacto da sua investigação se responsabilize mais por todas as fases da divulgação. "Os objetivos da investigação e as audiências a quem se destina determinarão a natureza e conteúdo da divulgação e a forma com que ela irá se realizar, podendo ter lugar através da escrita, de palestras, de relatórios, de meios de comunicação social, do professor ou do próprio desenrolar da investigação (p. 193-194).

Edil Vasconcelos de Paiva
Faculdade de Educação da UERJ

FRANKLIN, Adrian. *Animals & modern cultures*. Londres: Sage Publications, 1999.

A relação entre homens e animais remonta a períodos longínquos da história e faz-se presente em uma grande variedade de espaços culturais, com significações bem diversificadas. Não apenas na mídia impressa e eletrônica, mas também nos livros didáticos, nos estudos de ciências, de geografia e nos textos utilizados para leitura e interpretação, na área de língua portuguesa, as referências aos animais apresentam representações iconizadas pela cultura e relacionadas à questão das identidades. De certa maneira, esse é o tema central do livro que passamos a comentar.

Professor da Universidade da Tasmânia, Adrian Franklin afirma, no livro *Animals & modern cultures*, que o interesse na relação entre animal e homem tem aumentado nos últimos anos no âmbito político e intelectual, atingindo diferentes ramos do conhecimento como a zoologia, a sociologia, a geografia, a medicina veterinária, a sociobiologia, a psicologia, a história e a filosofia. O livro, segundo as palavras do autor, traz um olhar crítico sobre as abordagens até hoje utilizadas para estudar a relação entre animal e homem, procurando estimular visões mais críticas sobre ela na Modernidade.

Franklin procura abordar na obra os olhares moderno e pós-moderno sobre os animais, englobando as atividades de lazer como a caça e a pesca, os zoológicos e o ecoturismo, assim como a utilização de animais de estimação e também a indústria de produção animal, apresentando uma complexa rede de representações de animal e de produção de identidades.

A ligação do homem com os animais não é algo unívoco e homogêneo, e sim se caracteriza como uma relação fragmentária e permeada por aspectos de gênero, etnia, nacionalidade, classe e aspectos regionais diversos. Se, por um lado, temos uma ampliação da inserção dos animais de companhia *(pets)* na vida urbana, ocorrendo uma crescente tendência de relações mais próximas e carregadas de sentimento, por outro lado, na indústria de produção de alimentos de origem animal, observamos uma tentativa de maximização da utilização dos animais como recurso.